

REVISTA TÓPICOS

VIOLÊNCIA URBANA NATURALIZADA: O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

DOI: 10.5281/zenodo.11069875

Atila Barros¹

Ecléa Pérsigo Morais²

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da naturalização da violência urbana nas grandes metrópoles, um fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas. A violência, uma vez considerada um evento excepcional, agora permeia de forma enraizada a vida cotidiana das cidades, refletindo-se tanto nos discursos públicos quanto nas experiências individuais dos habitantes urbanos. Este ensaio busca investigar esse fenômeno, com foco especial no papel desempenhado pela mídia na perpetuação dessa cultura de violência. Empregando a Teoria das Representações Sociais como arcabouço teórico, o artigo examina como a mídia contribui para a naturalização da violência urbana, utilizando narrativas sensacionalistas e estereotipadas que alimentam o medo e a desinformação. Ao compreender os mecanismos por trás desse fenômeno, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção, visando tornar as metrópoles espaços mais seguros e inclusivos para todos

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

os seus habitantes.

Palavras-chave: Violência Urbana. Naturalização. Metrôpoles. Mídia.

ABSTRACT

This article addresses the issue of the naturalization of urban violence in large cities, a phenomenon that has intensified in recent decades. Violence, once considered an exceptional event, now permeates everyday life in cities, reflecting both in public discourses and in the individual experiences of urban inhabitants. This essay seeks to investigate this phenomenon, with a special focus on the role played by the media in perpetuating this culture of violence. Using the Theory of Social Representations as a theoretical framework, the article examines how the media contributes to the naturalization of urban violence, using sensationalist and stereotypical narratives that feed fear and misinformation. By understanding the mechanisms behind this phenomenon, we hope to contribute to the development of effective prevention and intervention strategies, aiming to make metropolises safer and more inclusive spaces for all their inhabitants.

Keywords: Urban Violence. Naturalization. Metropolises. Media

INTRODUÇÃO

A rápida urbanização observada nas últimas décadas tem transformado as grandes metrôpoles em epicentros pulsantes de atividades econômicas, culturais e sociais. Esses centros urbanos, impulsionados pelo crescimento populacional e pela concentração de recursos e oportunidades, representam tanto promessas de progresso e prosperidade quanto desafios complexos.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Um desses desafios que emergem de forma cada vez mais premente é a naturalização da violência urbana.

A violência, uma vez considerada um fenômeno excepcional e anômalo, agora parece ter se enraizado profundamente nos tecidos sociais e urbanos das metrópoles modernas. Ela não apenas persiste, mas parece ter se tornando um elemento quase cotidiano da vida urbana, tanto nos discursos públicos quanto nas experiências individuais dos habitantes das cidades (Naiff, 2005). Nesse contexto, a violência não é mais vista como uma aberração, mas sim como parte integrante e inevitável da dinâmica urbana contemporânea. Este artigo propõe uma análise da naturalização da violência urbana sob a perspectiva da teoria das representações sociais. Exploraremos como as representações sociais desempenham um papel crucial na perpetuação desse fenômeno, moldando as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas em relação à violência nas cidades.

O aspecto central da análise será o papel da mídia na construção e perpetuação dessa cultura de violência. Os meios de comunicação, com sua capacidade de moldar percepções e influenciar comportamentos, desempenham um papel decisivo na forma como a violência é representada e entendida pela sociedade (Santos, 2020). Observasse como a mídia contribui para a naturalização da violência urbana, através de narrativas sensacionalistas, estereotipadas e descontextualizadas que alimentam o medo, a ansiedade e a desinformação.

Assim sendo, as representações sociais desempenham um papel crítico para a compreensão da naturalização da violência urbana, moldando a maneira

REVISTA TÓPICOS

como ela é percebida, interpretada e comunicada pela sociedade. Por meio de processos de ancoragem e objetivação, as pessoas constroem imagens mentais e simbólicas da violência urbana, atribuindo-lhe significados e atributos específicos. Essas representações sociais são influenciadas por uma série de fatores, incluindo experiências pessoais, valores culturais, exposição midiática e interações sociais (Moscovici, 1999).

As sociedades possuem características comuns, apesar de sua grande diversidade. Como sistemas sociais, eles precisam selecionar certas funções universais para continuar funcionando. Neste sentido, Kopnin (1978) pondera:

(...) o homem reflete a realidade não apenas tal qual ela existe imediatamente, mas também como pode e deve ela ser para as necessidades sociais dele. Voltado, desde o início, para a satisfação de necessidades práticas do homem, o conhecimento cria, não raro, imagens dos objetos que não foram observados na natureza, mas devem e podem ser realizáveis na prática. A pesquisa autenticamente científica está imediatamente voltada para a procura de

REVISTA TÓPICOS

formas e ideias segundo as quais o mundo deve ser mudado (Kopnin, 1978, p.228).

É importante advertir que a interiorização de uma realidade já delineada é o ponto de partida para a participação na dinâmica social. Assim, ao integrar esse fato, a pessoa assume o mundo social e se torna um membro da sociedade, seguindo suas representações, valores e regras comportamentais.

A mídia desempenha um papel significativo na construção e disseminação das representações sociais da violência urbana. A cobertura sensacionalista e estereotipada de eventos violentos contribui para a criação de uma narrativa que retrata a violência como algo comum e inevitável nas cidades. Ao enfatizar incidentes isolados e dramáticos, a mídia pode distorcer a percepção pública sobre a realidade da violência urbana, criando um ambiente de desensibilização e resignação (Ristum; Bastos, 2003).

Além da mídia, as representações sociais da violência urbana são moldadas por interações sociais e contextos comunitários. Em muitos casos, as comunidades urbanas desenvolvem suas próprias narrativas e entendimentos da violência, influenciados por experiências compartilhadas, normas culturais e relações de poder. Essas representações sociais podem variar amplamente entre diferentes grupos sociais e contextos urbanos, refletindo as complexidades e diversidades da vida nas metrópoles.

REVISTA TÓPICOS

A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici na década de 1960, oferece uma estrutura conceitual para compreender como as pessoas constroem e compartilham significados sobre fenômenos sociais complexos. Segundo Moscovici (2003), as representações sociais são construções sociais que refletem a forma como os indivíduos interpretam e dão sentido ao mundo ao seu redor. Elas são moldadas pela interação entre experiências pessoais, valores culturais, contextos sociais e comunicação interpessoal.

Logo, a Teoria das Representações Sociais fornece um arcabouço imprescindível para compreender como as mídias tentam naturalizar a violência. Através da construção da realidade social, processos de naturalização, enquadramento da violência, desensibilização e reprodução de estereótipos.

A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA

O Brasil lidera o ranking mundial de homicídios em números absolutos, conforme evidenciado pelo Estudo Global sobre Homicídios 2023, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2023) em 8 de dezembro. Dos 458 mil homicídios registrados em todo o mundo durante o ano de referência de 2021, 10,4% deles ocorreram no Brasil.

Quando se leva em conta o número de mortes per capita, o Brasil teve 22,38 homicídios a cada 100 mil habitantes – quase quatro vezes mais do que a média global de 5,8 por 100 mil habitantes. Essa informação é crucial para entender a intensidade da questão da violência letal no Brasil.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Em todo o planeta, mais pessoas foram mortas por homicídio do que por conflitos armados e terrorismo juntos, com uma média de 52 vítimas por hora. O total de homicídios registrado em 2021 é quatro vezes superior à média anual de mortes em conflitos armados. Isso destaca a relevância e a gravidade do problema da violência letal no contexto global.

O relatório foi elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), e embora o ano de referência seja 2021, devido à falta de dados de alguns Estados, o ano de origem dos números de homicídios é especificado para cada país. Esta especificação é fundamental para a precisão e compreensão dos dados apresentados.

O Brasil registrou um total de 47.722 homicídios em 2020, seguido pela Nigéria, com 44.200 (2019), e Índia, com 41.330 (2021). A inclusão dos anos específicos de referência dos dados de homicídios de cada país é importante para contextualizar e comparar os números apresentados.

Em quarto lugar está o México, com 35.700 homicídios, seguido de África do Sul (24.865), Estados Unidos (22.941), Myanmar (15.299), Colômbia (14.159), Rússia (9.866) e Paquistão (9.207). Todos esses países forneceram dados relativos a 2021. Essa enumeração de outros países com altos índices de homicídios permite uma comparação mais ampla e uma compreensão da posição do Brasil em relação a outros países.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicados pelo Atlas da Violência 2023 (IPEA, 2023), em 2021, a cada 100 jovens com idades entre 15 e 29 anos que faleceram no Brasil, 49 foram

REVISTA TÓPICOS

vítimas de violência letal. Dos 47.847 homicídios ocorridos em 2021, 50,6% foram direcionados a jovens nessa faixa etária, totalizando 24.217 indivíduos. Assim, a média diária de jovens assassinados no país foi de 66. Na série histórica dos últimos onze anos, entre 2011 e 2021, 326.532 jovens foram vítimas de violência letal no país.

Apesar dos números alarmantes, houve uma queda de 6,2% no número absoluto de homicídios de jovens em 2021 em comparação com 2020. A taxa de homicídios para cada 100 mil jovens diminuiu de 51,8 para 49,0, representando uma redução de 5,4% em um ano e uma contração de 25,2% no período de 2016 a 2021.

No que diz respeito às mulheres, mais de 49 mil foram assassinadas no Brasil na última década. Entre 2020 e 2021, a taxa geral de homicídios caiu 4,8%, mas houve um aumento de 0,3% no caso de homicídios femininos. Em números absolutos de 2021, 3.858 mulheres foram assassinadas, conforme os dados oficiais. No entanto, estima-se que o total dessas mortes violentas tenha sido de 4.603, ou seja, outras 745 mulheres sofreram agressões fatais sem que o Estado conseguisse registrar corretamente as causas dessas Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI).

Quando falamos da violência contra as mulheres, os dados não diferem: a violência letal é mais prevalente entre mulheres negras do que entre não negras. Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, representando 67,4% do total de mulheres assassinadas naquele ano e uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil habitantes desse grupo. Entre as mulheres não negras, essa taxa foi de

REVISTA TÓPICOS

2,4 por 100 mil, quase 45% menor. Na comparação das taxas, o risco relativo de sofrer um homicídio é 1,8 vezes maior entre as mulheres negras do que entre as não negras.

Em 2021, o cenário em que o registro de homicídios de pessoas negras (soma de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE) lidera o ranking de mortes violentas se repetiu, totalizando 36.922 vítimas. Nesse ano, a população negra respondeu por 79% dos mortos, com uma taxa de 31,0 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional, contra a taxa de 10,8 para pessoas não negras (soma de amarelos, brancos e indígenas).

Especificando os números da violência por cidades brasileiras, o Anuário 2023, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em julho de 2023, apresenta dados sobre a segurança no Brasil, incluindo informações sobre as cidades mais violentas do país. Os dados fornecidos são relativos ao ano de 2022 e abrangem municípios com uma população superior a 100 mil habitantes. As estatísticas, obtidas a partir das secretarias de segurança pública, consideram as Mortes Violentas Intencionais (MVIs), tais como homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e feminicídio (FBSP, 2023).

A cidade mais violenta do Brasil, de acordo com o Anuário 2023, é Jequié (BA), com uma taxa de 88,8 mortes para cada 100 mil habitantes. Jequié está localizada a 365 km a sudoeste de Salvador. A maioria dos 141 assassinatos registrados são decorrentes das guerras entre facções pelo controle do tráfico de drogas na cidade. Santo Antônio de Jesus (BA),

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

localizado a 187 km de Salvador, é o segundo município mais violento, com uma taxa de 88,3 mortes violentas intencionais para cada 100 mil habitantes. Simões Filho (BA), com uma taxa de violência atual de 87,4, é o terceiro município mais violento. Esta cidade da Região Metropolitana de Salvador foi eleita, em 2012, como a mais violenta do Brasil pelo Mapa da Violência do Instituto Sangari. Camaçari (BA), apesar de ser reconhecida como um polo industrial e ponto turístico de praias paradisíacas, apresenta uma taxa de 82,1 em mortes intencionais para cada 100 mil habitantes, colocando-a na posição de quarta cidade mais violenta do Brasil. Cabo de Santo Agostinho (PE), fazendo parte da Região Metropolitana do Recife, registra 81,2 mortes para cada 100 mil habitantes, é a quinta cidade mais violenta. Os fatores apontados que resultam nessa violência vão desde a ação de facções criminosas ao tráfico de drogas, tiroteios em confrontos e exploração sexual.

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP, 2023), o Brasil encerrou o ano de 2023 com o menor número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) desde 2010, totalizando 40.464 ocorrências. Em comparação com 2022, que registrou 42.190 CVLIs, houve uma redução de 4,09%, equivalente a quase 2 mil vidas de brasileiros e brasileiras preservadas.

Os CVLIs incluem homicídio doloso, latrocínio, feminicídio e lesão corporal seguida de morte. Os dados foram inseridos no SINESP, o sistema nacional de dados de Segurança Pública, e enviados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública pelos 26 Estados e o Distrito Federal.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Embora haja uma redução no número total de homicídios, o cenário ainda é extremamente preocupante. Os dados apresentados revelam um panorama alarmante da violência no Brasil, com ênfase no impacto brutal sobre jovens e mulheres.

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA: UM REFLEXO DAS METRÓPOLES MODERNAS

Nas entranhas das grandes cidades, onde arranha-céus tocam o céu e milhões de pessoas se aglomeram, há um fenômeno sombrio que se tornou uma triste realidade cotidiana: a naturalização da violência urbana. Esse processo complexo e multiforme é resultado de uma interação intrincada entre diversos fatores sociais, econômicos e culturais, que moldaram a paisagem urbana contemporânea.

Viver em cidades com altos índices de violência como o Rio de Janeiro e São Paulo, apresentam diversos desafios e exige adaptações constantes da população. A constante ameaça à segurança gera medo, insegurança e limita a liberdade das pessoas, impactando diretamente na qualidade de vida. Essa realidade muitas vezes está atrelada à pobreza, à desigualdade social e à falta de oportunidades, criando um ciclo danoso que dificulta o desenvolvimento individual e coletivo.

Apesar dos desafios, a população desenvolve mecanismos para lidar com essa realidade, como a criação de redes de apoio, a busca por autoproteção, o desenvolvimento de alternativas de lazer e cultura e a mobilização social para cobrar ações das autoridades.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Para muitos habitantes urbanos, a violência se tornou parte integrante da vida diária. Assaltos, homicídios, agressões físicas e verbais são eventos tão comuns que, em muitos casos, são aceitos como inevitáveis. As pessoas aprendem a se proteger, a evitar certos lugares, a não andar sozinhas à noite, como se essas precauções fossem tão naturais quanto respirar.

Nos corações pulsantes dos centros urbanos, onde o movimento é constante e a vida segue seu curso frenético, a rotina da violência se desenrola diariamente. Para muitos habitantes dessas metrópoles, a simples realização das tarefas cotidianas é permeada pela sombra da insegurança e do medo.

A presença de crimes como assaltos, furtos, agressões e até mesmo homicídios tornou-se uma realidade palpável para milhões de pessoas que habitam ou transitam por áreas urbanas densamente povoadas. As ruas que deveriam ser espaços de convívio e interação social muitas vezes se transformam em territórios de perigo, onde a vulnerabilidade é uma constante.

Diante desse panorama, os residentes urbanos desenvolvem uma espécie de "arte da sobrevivência", aprendendo a navegar por um labirinto de riscos e ameaças em sua busca por segurança e tranquilidade. Rotas alternativas são traçadas, horários são ajustados e medidas de precaução são adotadas como parte integrante da vida cotidiana.

A capacidade de adaptação é uma das características mais marcantes daqueles que sobrevivem à violência urbana. Eles aprendem a reconhecer

REVISTA TÓPICOS

os sinais de perigo, a evitar situações de risco e a se adaptar rapidamente a mudanças no ambiente urbano. Essa resiliência é muitas vezes alimentada pela força interior e pela determinação de preservar suas vidas e as de seus entes queridos.

A presença constante da violência nos centros urbanos tem um impacto profundo na qualidade de vida dos habitantes. O estresse e a ansiedade causados pelo medo do crime podem afetar tanto a saúde física quanto a mental das pessoas. Além disso, a sensação de insegurança pode restringir a liberdade de movimento e limitar o acesso a espaços públicos, impactando negativamente o senso de pertencimento e comunidade.

Segundo Mondin (1986) O homem é um ser social e político, vivendo em grupos, em sociedades. É natural que no meio deles ocorram conflitos, desentendimentos e interesses divergentes. No entanto, o homem sente necessidade de segurança e anseia harmonia social.:

O homem é um ser sociável, pois tem a propensão para viver junto com os outros e comunicar-se com eles, torná-los participantes das próprias experiências e dos próprios desejos, conviver com eles as mesmas emoções e os mesmos bens. Ele também é um ser político. A politicidade é o conjunto de

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

relações que o indivíduo mantém com os outros, enquanto faz parte de um grupo social (Mondin, 1986, p. 154).

É importante ressaltar que a rotina da violência nos centros urbanos muitas vezes reflete e amplifica as desigualdades sociais existentes na sociedade. Grupos marginalizados e comunidades vulneráveis são frequentemente os mais afetados pela violência urbana, enfrentando condições de vida precárias e uma presença limitada do Estado em suas áreas.

A naturalização da violência urbana é alimentada por uma série de fatores estruturais e sociais. A desigualdade econômica, por exemplo, cria divisões profundas na sociedade, onde alguns têm acesso a oportunidades e recursos, enquanto outros enfrentam a marginalização e a pobreza. Essa disparidade econômica muitas vezes se reflete na distribuição desigual de serviços básicos, como educação, saúde e segurança, criando áreas urbanas onde a presença do Estado é fraca ou inexistente.

Na percepção, para os grupos marginalizados, é o Estado quem falha em garantir a promoção dos direitos humanos fundamentais, como o direito à vida, saúde, educação, assistência e moradia. A falta do cumprimento dessas obrigações estatais, segundo essa visão, cria condições favoráveis para o aparecimento da violência. Essa concepção de violência está alinhada ao que Minayo (1994), identificou como violência estrutural.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Entende-se (violência estrutural) como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (Minayo, 1994:3).

Além disso, a urbanização desenfreada e desordenada contribui para o surgimento de espaços urbanos segregados, onde a exclusão social é exacerbada e a coesão comunitária é enfraquecida. Nessas áreas, a falta de oportunidades e a presença de gangues e grupos criminosos muitas vezes preenchem o vácuo deixado pelo Estado, estabelecendo seu próprio domínio de poder e impondo sua própria lei.

MÍDIA E CULTURA DA VIOLÊNCIA

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

A naturalização da violência urbana também é perpetuada pela mídia e pela cultura popular. Filmes, programas de televisão e músicas muitas vezes glamorizam a violência, retratando-a como uma solução fácil para conflitos e uma fonte de poder e prestígio. Essa representação distorcida da realidade contribui para a desensibilização do público em relação à violência e para a perpetuação de estereótipos prejudiciais sobre determinados grupos sociais (Santos, 2020; Guimarães, 2008).

Uma das maneiras mais evidentes pelas quais a mídia contribui para a cultura da violência é através da glamorização e banalização dos atos violentos. Filmes, programas de televisão, videogames e música muitas vezes retratam a violência de forma sensacionalista, apresentando-a como emocionante, excitante ou até mesmo heroica. Essa representação distorcida da realidade pode levar à desensibilização do público em relação à violência e à percepção errônea de que ela é uma solução aceitável para resolver conflitos.

A ideia de que a única forma de resolver conflitos é usar a força tem se espalhado tanto no cotidiano que a violência física tem se tornado comum. A banalização da violência significa aceitar a agressão, seja física ou simbólica, como um meio de controlar ou resolver conflitos de interesses entre indivíduos e grupos. Essa aparência é visível não apenas nos noticiários televisivos, que mostram cada vez mais assassinatos e atos brutais por motivos triviais sem chocar o público em geral, mas também nos diálogos cotidianos, onde agressões consideradas "leves" não são consideradas violência (Campos; Guimarães, 2003).

REVISTA TÓPICOS

Além da glamorização da violência, a mídia também tem o poder de reforçar estereótipos e preconceitos sobre determinados grupos sociais, contribuindo para a marginalização e estigmatização de indivíduos e comunidades. Narrativas que retratam certos grupos como violentos ou perigosos podem perpetuar atitudes discriminatórias e alimentar tensões sociais nas grandes cidades, exacerbando divisões e desigualdades já existentes (Misse, 2008).

Um viés “guerreiro” incorporou-se a essas redes de pequenos traficantes, que se enfrentam entre si e à polícia, demarcando-se por facções sustentadas por sua função como agências de proteção dentro do sistema penitenciário. São em geral jovens, com média de idade entre 15 e 19 anos, e raramente se entregam à polícia: preferem correr o risco da morte, num enfrentamento armado com a polícia, a renderem-se e ir à prisão (Misse, 2008, p. 383).

O constante bombardeio de imagens e narrativas violentas pela mídia pode ter um impacto profundo no comportamento e nas percepções individuais. Estudos têm mostrado que a exposição à violência na mídia está correlacionada com níveis mais altos de agressividade, dessensibilização emocional e medo do crime entre os telespectadores. Além disso, a mídia pode influenciar as percepções das pessoas sobre a segurança urbana, levando a uma sensação de insegurança e hiper-vigilância mesmo em ambientes relativamente seguros.

A influência da mídia na percepção, consumo e internalização da violência é profunda e heterogênea. Ao retratar a violência de forma sensacionalista e

REVISTA TÓPICOS

frequente, a mídia contribui para a dessensibilização e normalização desses comportamentos na sociedade. Além disso, a exposição à violência na mídia está associada ao aumento da agressividade e comportamento violento, especialmente entre os jovens. A representação estereotipada de certos grupos étnicos, raciais ou sociais reforça preconceitos e estigmas, contribuindo para a marginalização e discriminação. O sensacionalismo da mídia pode distorcer a percepção da segurança e aumentar o medo do crime, mesmo em áreas relativamente seguras. A ênfase na violência como solução para conflitos pode dificultar a resolução pacífica de problemas (Ristum; Bastos, 2003). Crianças e adolescentes são particularmente vulneráveis aos efeitos da violência na mídia, o que pode impactar negativamente seu desenvolvimento emocional e social. A busca por audiência e lucro muitas vezes leva à cobertura sensacionalista de eventos violentos, contribuindo para uma cultura do espetáculo. A exposição prolongada à violência na mídia pode ter sérios impactos na saúde mental e bem-estar social, aumentando o estresse, ansiedade e trauma. Portanto, é crucial que a mídia assuma uma abordagem ética e responsável na representação da violência, promovendo a conscientização, o diálogo e a mudança positiva na sociedade.

A mídia informa sobre os acontecimentos, mas esses são filtrados pelos seus interesses; os meios de comunicação imprimem, nas notícias e, antes disso, na própria seleção que delas é

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

feita, suas concepções e interpretações dos fatos, apesar de muitos órgãos da imprensa propalarem sua neutralidade e conseqüente imparcialidade político-ideológica, que se sabe impossível em qualquer atividade social humana. A mídia, ao informar de modo parcial, atua na construção de uma mentalidade que discrimina e exclui a parcela menos favorecida da população, pois esta parcialidade, ao lado do seu grande poder de penetração em todas as camadas sociais, acaba por forjar ou ampliar, no seu público, conceitos, preconceitos, estigmas, estereótipos (Ristum; Bastos, 2003, p.187).

As notícias sobre violência urbana estão sempre presentes nos programas diários das emissoras de televisão. A cobertura é tão abrangente que os crimes violentos, como assassinatos, assaltos e outros delitos, são transmitidos quase que em tempo real, inundando os lares com imagens e relatos cruéis. A repetição contínua dessas cenas e histórias, muitas vezes sem uma análise ou compreensão do contexto, promove a banalização da

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

violência e da morte. Os telespectadores ficam expostos a uma enxurrada constante de tragédias, e o impacto emocional dessas notícias geralmente diminui com o tempo. Como se a violência fosse apenas mais um aspecto decorrente da vida cotidiana, o que antes poderia chocar ou perturbar agora é visto com uma resignação melancólica. Essa normalização da violência nas telas da TV pode ter consequências preocupantes, dessensibilizando as pessoas para o sofrimento humano e tornando mais difícil reconhecer a urgência de buscar soluções para os problemas subjacentes que alimentam a violência urbana (Da Cruz, 2008).

A naturalização da violência nos centros urbanos, perpetuada pelos veículos de comunicação, desempenha um papel significativo na invisibilização dos problemas relacionados à violência nessas áreas. Os meios de comunicação desempenham um papel categórico na construção de narrativas sociais e na moldagem das percepções públicas sobre questões sociais, incluindo a violência urbana. No entanto, a maneira como a mídia retrata a violência muitas vezes contribui para a normalização e minimização do fenômeno, em vez de promover uma compreensão aprofundada de suas causas e impactos.

Em muitos casos, a mídia tende a focalizar a cobertura de incidentes violentos de maneira sensacionalista, destacando eventos isolados sem oferecer uma análise contextualizada do cenário mais amplo em que ocorrem. Isso pode levar à percepção de que tais incidentes são incomuns ou atípicos, em vez de reconhecer a violência como um problema sistêmico que afeta as comunidades urbanas de forma generalizada. Além disso, a

REVISTA TÓPICOS

falta de contexto e análise crítica na cobertura da violência urbana pode levar a respostas simplistas e punitivas por parte do público e das autoridades, em vez de abordar as raízes estruturais do problema (Ristum; Bastos, 2003).

Outra maneira pela qual a mídia contribui para a invisibilização da violência nos centros urbanos é através da desumanização das vítimas e da culpabilização de indivíduos ou grupos específicos. Ao retratar as vítimas de violência de maneira estereotipada ou destacar aspectos de seu comportamento ou histórico pessoal que supostamente contribuíram para o incidente, a mídia pode minar a empatia do público e perpetuar estigmas sociais. Isso pode levar à marginalização das vozes das comunidades afetadas e à falta de reconhecimento dos fatores estruturais que contribuem para a violência urbana (Porto, 2002).

Ainda, o Estado, como entidade detentora do monopólio legítimo da violência, exerce influência significativa sobre a mídia, seja através de regulamentações, censura ou por meio de sua relação econômica e política com os proprietários de veículos de comunicação. Por sua vez, os veículos de comunicação dependem do Estado para acesso a fontes de informação, financiamento e licenciamento, criando uma dinâmica na qual ambos os atores têm interesses comuns em manter a estabilidade e o status quo.

Os interesses políticos e econômicos do Estado muitas vezes se alinham com os dos proprietários de mídia, resultando em uma cobertura da violência urbana que pode ser filtrada, manipulada ou até mesmo silenciada para atender aos interesses mútuos. Isso pode ocorrer de diversas formas,

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

desde a censura direta de reportagens críticas até a manipulação da agenda midiática para destacar certos aspectos da violência urbana em detrimento de outros.

Além disso, o Estado busca manter a ordem pública e a estabilidade social, especialmente em áreas urbanas onde a violência pode representar uma ameaça à segurança e ao controle do governo. Isso pode levar o Estado a adotar uma abordagem punitiva ou repressiva em relação à cobertura da violência urbana, priorizando narrativas que enfatizam o policiamento e a aplicação da lei em detrimento das causas subjacentes da violência (Da Cruz, 2008).

A imagem pública do Estado também é uma preocupação importante, levando o governo a exercer pressão sobre os veículos de comunicação para minimizar a extensão do problema ou retratar suas políticas de segurança de forma mais favorável. Alianças estratégicas entre o Estado e interesses privados, incluindo corporações de mídia, podem reforçar essa dinâmica, resultando em uma cobertura tendenciosa que beneficia os interesses de ambos os lados.

Em conjunto, esses fatores contribuem para uma dinâmica na qual o Estado e os veículos de comunicação muitas vezes colaboram para invisibilizar a violência urbana, perpetuando uma narrativa que não reflete fielmente a realidade das comunidades afetadas.

Um dos potencializadores para a invisibilizar a violência urbana é a ampla cobertura da mídia televisiva sobre a violência nas periferias. A televisão,

REVISTA TÓPICOS

como um dos principais meios de comunicação de massa, desempenha um papel central na formação de opinião e na disseminação de narrativas sociais. A cobertura sensacionalista e repetitiva da violência urbana nas periferias, comumente apresentada nos noticiários e programas policiais, pode ter impactos profundos na percepção pública e na construção de estereótipos em relação a essas comunidades. Sua relação com a naturalização da violência urbana constituem um fenômeno de considerável relevância sociocultural.

Um aspecto importante desse fenômeno é a desumanização das vítimas da violência. A constante exposição a imagens e relatos de violência, muitas vezes desprovidos de contexto ou emoldurados em uma narrativa espetacular, pode levar à percepção das vítimas como meras estatísticas ou personagens anônimos, distanciando-as de sua humanidade e individualidade (Da Cruz, 2008). Isso pode resultar na internalização da ideia de que as vidas perdidas ou afetadas pela violência nas periferias têm menos valor ou importância, contribuindo para a indiferença ou até mesmo para a aceitação resignada do fenômeno.

Além disso, a cobertura midiática da violência nas periferias muitas vezes se concentra nos aspectos mais sensacionalistas e chocantes dos incidentes, sem oferecer uma análise profunda das causas subjacentes. Isso pode levar ao reforço de estereótipos negativos sobre moradores dessas áreas, retratando-os como violentos, criminosos ou desviantes. Essa representação estereotipada contribui para a marginalização das comunidades periféricas e dificulta a construção de empatia e solidariedade com seus habitantes,

REVISTA TÓPICOS

perpetuando preconceitos e reforçando a imagem de que a violência é um problema intrínseco a esses espaços.

Ademais, a naturalização da violência urbana pela mídia televisiva pode desencorajar a ação social e política para resolver o problema. Ao retratar a violência como um fenômeno inevitável e intransponível, a mídia contribui para a disseminação de uma sensação de impotência e resignação em relação às condições de vida nas periferias. Isso pode dificultar a mobilização e o engajamento comunitário para promover mudanças efetivas, contribuindo para a perpetuação do ciclo de violência e marginalização nessas áreas (Ristum; Bastos, 2003).

A naturalização da violência urbana está intrinsecamente ligada ao estilo de vida das grandes cidades, onde a exposição a situações de violência torna-se parte da rotina diária para muitos residentes. Nas metrópoles, a violência é muitas vezes percebida como um elemento inevitável do ambiente urbano, e as pessoas acabam se acostumando com essa realidade como parte integrante de suas vidas cotidianas.

Essa naturalização da violência é reforçada pelos veículos de comunicação, que muitas vezes se apoiam na cultura de sobrevivência das grandes cidades para minimizar ou até mesmo apagar a violência das preocupações cotidianas. Os meios de comunicação, como a televisão, jornais e mídia online, têm um papel significativo na construção das percepções públicas sobre a violência urbana e na maneira como ela é normalizada na sociedade.

REVISTA TÓPICOS

Por um lado, a cobertura incessante da mídia sobre crimes e incidentes violentos pode dessensibilizar o público, tornando a violência algo comum e esperado. Isso pode levar as pessoas a aceitarem a violência como parte inevitável da vida nas cidades, em vez de reconhecê-la como um problema grave que requer atenção e ação.

Por outro lado, os veículos de comunicação muitas vezes enfatizam outros aspectos da vida urbana, como entretenimento, cultura e desenvolvimento econômico, para desviar a atenção da violência. Ao focar em aspectos positivos da vida na cidade, a mídia pode criar uma narrativa que minimiza a presença e o impacto da violência urbana, fazendo com que as pessoas se sintam mais seguras e confortáveis em seu ambiente cotidiano.

Essa cultura de sobrevivência, combinada com a normalização da violência pela mídia, pode levar as pessoas a se adaptarem às condições violentas de suas cidades, desenvolvendo estratégias de enfrentamento que priorizam a autopreservação e a proteção pessoal. Isso pode incluir evitar certas áreas consideradas perigosas, evitar sair à noite, ou mesmo adotar atitudes de desconfiança em relação aos outros.

No entanto, essa adaptação à violência não deve ser vista como uma solução aceitável para o problema. Pelo contrário, é importante reconhecer a violência urbana como um problema grave que afeta a qualidade de vida e a segurança de todos os residentes das grandes cidades. Os veículos de comunicação têm o dever de não apenas relatar a violência de maneira precisa e responsável, mas também de destacar suas causas subjacentes e

REVISTA TÓPICOS

promover o diálogo e a ação em busca de soluções eficazes para prevenir e reduzir a violência nas comunidades urbanas.

Para entender melhor a violência na sociedade moderna, é fundamental examinar criticamente a situação atual. Isso significa examinar como as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais das sociedades ocidentais mudaram para entender como a violência se manifesta nesses contextos. Ao examinar como a sociedade capitalista se especifica em resposta às mudanças recentes, é possível entender a posição que a violência ocupa na vida cotidiana (Guimarães, 2008).

A MÍDIA SENSACIONALISTA NA COBERTURA DA VIOLÊNCIA

A mídia sensacionalista desempenha um papel significativo na cobertura da violência nas metrópoles, e sim, ela pode contribuir para a naturalização da violência urbana. A naturalização ocorre quando a violência é percebida como uma parte inevitável e até mesmo normal da vida urbana, levando as pessoas a aceitarem a sua existência como algo intrínseco ao ambiente em que vivem. A mídia sensacionalista pode alimentar esse processo de naturalização de várias maneiras.

A mídia sensacionalista, composta por jornais impressos, jornais de televisão e rádio, possui uma história longa e marcante, cujas raízes remontam aos primórdios dos meios de comunicação de massa. Desde o surgimento dos primeiros jornais populares no século XIX, a busca por manchetes chamativas e dramáticas tem sido uma estratégia comum para atrair a atenção do público. Com o advento do rádio e, posteriormente, da

REVISTA TÓPICOS

televisão, essa abordagem sensacionalista foi amplificada, dando origem a uma forma de jornalismo que enfatiza o aspecto emocional e espetacular das notícias em detrimento da precisão e da contextualização dos fatos.

No contexto da cobertura da violência urbana, a mídia sensacionalista muitas vezes recorre a técnicas sensacionalistas para capturar a atenção do público. Incidentes violentos são frequentemente destacados em manchetes dramáticas e imagens gráficas, explorando o medo e a ansiedade do público para aumentar a audiência e as vendas. No entanto, essa abordagem sensacionalista pode ter consequências prejudiciais para a clareza da informação e para a compreensão do problema da violência urbana.

Uma das principais falhas da cobertura sensacionalista da violência urbana é a distorção da realidade. Ao enfatizar casos extremos e isolados de violência, a mídia sensacionalista cria a falsa impressão de que a violência é generalizada e incontrolável, ignorando o contexto mais amplo em que esses incidentes ocorrem. Além disso, a busca por manchetes impactantes muitas vezes leva a uma falta de contexto e análise na cobertura da violência urbana, deixando de lado as causas subjacentes do problema, como desigualdade social, falta de acesso a serviços básicos e políticas públicas inadequadas.

Outro desacerto decorrente da cobertura sensacionalista da violência urbana é a estigmatização de comunidades afetadas pela violência. Ao retratar apenas os aspectos negativos dessas áreas, a mídia sensacionalista contribui para a perpetuação de estereótipos negativos e para a

REVISTA TÓPICOS

marginalização dessas comunidades, prejudicando a imagem pública e a autoestima de seus habitantes.

Além disso, a cobertura sensacionalista da violência urbana pode ter um impacto significativo na percepção pública do problema. Ao aumentar o medo e a ansiedade entre o público, a mídia sensacionalista pode levar a uma percepção distorcida dos riscos reais associados à violência urbana, impactando negativamente a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas áreas.

A cobertura sensacionalista da violência urbana tende a enfatizar casos extremos e espetaculares, destacando os aspectos mais dramáticos e chocantes dos incidentes. Ao fazer isso, a mídia sensacionalista cria a impressão de que a violência é onipresente e incontrolável nas metrópoles, contribuindo para a percepção de que ela é uma parte inevitável da vida urbana (Ristum; Bastos, 2003).

Além disso, a mídia sensacionalista muitas vezes descontextualiza a violência urbana, apresentando-a como eventos isolados e desconectados de suas causas subjacentes. Isso obscurece a compreensão do público sobre as raízes do problema, como desigualdade socioeconômica, falta de acesso a serviços básicos e políticas públicas inadequadas, e perpetua a ideia de que a violência é um fenômeno inerente às metrópoles.

A busca incessante por manchetes impactantes também pode levar a uma dessensibilização do público em relação à violência urbana. Com o tempo, as pessoas podem se acostumar com a exposição constante a imagens e

REVISTA TÓPICOS

relatos de violência, levando-as a aceitarem a violência como algo normal e até mesmo banal.

Além disso, a mídia sensacionalista muitas vezes retrata a violência de forma glamorosa ou excitante, especialmente em programas de entretenimento e ficção, o que pode contribuir para a normalização da violência na cultura popular e na sociedade em geral.

É imprescindível ressaltar que a naturalização da violência urbana pela mídia sensacionalista pode ter consequências negativas para a sociedade como um todo. Ao aceitar a violência como parte integrante da vida urbana, as pessoas podem se tornar menos propensas a buscar soluções eficazes para o problema e mais inclinadas a adotar uma postura de resignação ou indiferença em relação às condições de vida nas metrópoles.

Dado a influência massificadora da mídia, a naturalização da violência urbana pode ter diversos efeitos na percepção dos moradores das grandes cidades, afetando significativamente o entendimento da realidade e a forma como as pessoas interagem com o ambiente em que vivem. Essa naturalização se refere ao processo pelo qual a violência é percebida como uma parte inevitável e até mesmo normal da vida urbana, levando os indivíduos a aceitarem sua existência como algo intrínseco ao cotidiano.

Uma das consequências da naturalização da violência urbana é a desensibilização e apatia por parte dos moradores. A exposição constante à violência pode levar as pessoas a se tornarem menos sensíveis e reativas aos incidentes violentos ao seu redor, resultando em uma atitude de

REVISTA TÓPICOS

indiferença ou resignação diante da situação. Essa dessensibilização pode contribuir para uma aceitação passiva da violência como parte inevitável da vida urbana.

Por outro lado, a naturalização da violência também pode aumentar o medo e a ansiedade entre os moradores das grandes cidades. Ao perceberem a violência como algo comum e ubíquo, as pessoas podem viver constantemente em estado de alerta, temendo pela sua própria segurança e a de seus entes queridos. Esse medo constante pode impactar negativamente a qualidade de vida e o bem-estar emocional dos indivíduos, levando a uma sensação de insegurança crônica. Além disso, a naturalização da violência urbana pode distorcer a percepção das pessoas sobre a realidade em que vivem. Ao aceitar a violência como parte normal do cotidiano, os moradores podem subestimar ou ignorar os fatores estruturais que contribuem para a sua existência, como desigualdade socioeconômica, falta de acesso a serviços básicos e políticas públicas inadequadas. Isso pode dificultar a identificação e implementação de soluções eficazes para o problema da violência urbana, perpetuando assim seu ciclo.

Outro efeito da naturalização da violência urbana é a estigmatização de comunidades afetadas pela violência. Ao associar determinadas áreas urbanas à violência e à criminalidade, as pessoas podem desenvolver preconceitos e estereótipos em relação aos moradores dessas comunidades, reforçando a marginalização e o isolamento desses locais. Essa estigmatização pode criar barreiras adicionais para o desenvolvimento e a

REVISTA TÓPICOS

coesão social nessas comunidades, dificultando a implementação de medidas eficazes de prevenção e intervenção. Também, a naturalização da violência urbana pode levar à resignação e à falta de engajamento por parte dos moradores das grandes cidades. Ao aceitar a violência como algo inevitável, as pessoas podem se sentir impotentes para fazer mudanças significativas em suas comunidades, contribuindo para a perpetuação do ciclo de violência e marginalização.

A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A manipulação da informação pela mídia com o intuito de naturalizar a violência urbana merece análise cuidadosa, já que essa prática envolve diversas estratégias que distorcem a percepção pública sobre a natureza e as causas da violência nas cidades, moldando assim a maneira como as pessoas compreendem e reagem ao fenômeno.

Um dos principais métodos utilizados pela mídia é a ênfase em incidentes sensacionalistas. Focando em eventos violentos espetaculares e dramáticos, como tiroteios e assaltos, os veículos de comunicação criam a impressão de que a violência é onipresente e incontrolável, contribuindo para a percepção de que é uma parte inevitável e normal da vida urbana (França, 2018).

Outra estratégia comum é a descontextualização dos eventos violentos. Muitas vezes, a mídia retrata os incidentes de forma isolada, sem analisar as condições socioeconômicas, políticas e culturais que contribuem para sua ocorrência. Isso pode distorcer a compreensão do público sobre as

REVISTA TÓPICOS

causas subjacentes da violência urbana, simplificando um fenômeno complexo e multifacetado.

Os temas de segurança pública, criminalidade e violência ganharam maior destaque nos programas jornalísticos da televisão brasileira e internacional nos últimos anos. A prevalência desses temas na mídia mostra que a violência existe em nosso mundo hoje. A sensação de insegurança aumentou com o advento da globalização, pois as pessoas têm acesso a uma ampla gama de informações sobre guerras, conflitos armados, homicídios, sequestros, assaltos, tráfico de drogas e acidentes de trânsito que ocorrem em todo o mundo. Como Rolim (2006) observa:

“[...] o primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramáticos a partir de um “tensionamento” de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como “fato” – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna a regra – o que, infelizmente, é o caso -, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade (Rolim, 2006, p. 190).

As pessoas tendem a acreditar que vivem em uma sociedade insegura, onde podem se tornar vítimas a qualquer momento, quando relatos de crimes e violência são divulgados sem explicar especificamente as histórias das vítimas e dos perpetradores envolvidos, entre outros detalhes. Por isso, é fundamental que a mídia cumpra sua responsabilidade social ao transmitir notícias relacionadas à segurança pública, buscando contextualizar os acontecimentos para que o público tenha uma compreensão mais profunda (Rolim, 2006).

Ainda, a estigmatização de comunidades afetadas pela violência é uma prática recorrente na cobertura midiática. Ao associar determinadas áreas urbanas à criminalidade e à desordem, a mídia cria estereótipos negativos sobre os moradores dessas regiões, reforçando a marginalização e o isolamento social.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

A violência como recurso se transforma em uma série de estratégias; sua aplicação passa a ser um problema de eficácia, oportunidade, afirmação de identidades socialmente negadas, raiva e frustração, entre outras possibilidades. Isso tem um impacto direto nas formas como o fenômeno é representado socialmente. A violência pode ser a base e o conteúdo das representações sociais, além de estruturar novas sociabilidades (Porto, 2002, p.9).

Outro aspecto relevante é o foco na criminalização dos indivíduos envolvidos em incidentes violentos, sem considerar os fatores estruturais que contribuem para seu comportamento. Essa abordagem simplista pode levar à demonização de certos grupos sociais, perpetuando a ideia de que a violência é causada principalmente pela "maldade" ou "desvio" individual (Misse, 2008).

Por fim, a sub-representação de soluções e alternativas para a violência urbana é uma prática que contribui para a naturalização do fenômeno. Ao não dar destaque a iniciativas e programas de prevenção da violência, a mídia cria uma sensação de desesperança e impotência entre o público, reduzindo a percepção de que o problema pode ser abordado de maneira eficaz.

A NATURALIZAÇÃO DOS INVISÍVEIS

A naturalização da violência nos centros urbanos frequentemente ocorre em meio à desconsideração das grandes populações de moradores de rua e usuários de drogas que habitam as metrópoles contemporâneas. Esses

REVISTA TÓPICOS

grupos marginalizados muitas vezes são negligenciados tanto pela sociedade quanto pelo Estado, resultando em condições precárias de vida e aumento da exposição à violência (Souza, 2011; Cunha Filgueiras, 2020).

A naturalização da violência urbana é alimentada pela invisibilidade social dessas populações vulneráveis. A falta de moradia adequada, acesso limitado a serviços básicos como saúde e educação, e a estigmatização social contribuem para sua marginalização e exclusão dos debates públicos sobre segurança e qualidade de vida nas cidades. Como resultado, a violência enfrentada por esses grupos é muitas vezes ignorada ou minimizada, tornando-se parte invisível da paisagem urbana.

Além disso, a criminalização da pobreza e da dependência química exacerbam a vulnerabilidade desses grupos à violência. Políticas de segurança pública que se concentram na repressão ao invés da prevenção e na criminalização em vez da reabilitação muitas vezes resultam em abusos de direitos humanos e violência policial contra moradores de rua e usuários de drogas. Essas práticas não apenas perpetuam o ciclo de violência, mas também reforçam a exclusão social desses grupos, dificultando ainda mais sua reintegração à sociedade (Cunha Filgueiras, 2020).

A naturalização da violência nos centros urbanos, ignorando as grandes populações de moradores de rua e usuários de drogas, reflete não apenas uma falha do Estado em proteger os direitos desses indivíduos, mas também uma falta de empatia e solidariedade por parte da sociedade em geral (Schmid, 2019). Enquanto essas populações continuarem sendo

REVISTA TÓPICOS

tratadas como invisíveis e descartáveis, a violência urbana permanecerá enraizada nas estruturas sociais e urbanas das metrópoles modernas.

A sobrevivência dos invisíveis nos centros urbanos está intimamente ligada à escala da violência que permeia esses espaços. Os "invisíveis" referem-se às populações marginalizadas e frequentemente negligenciadas, como moradores de rua, usuários de drogas, imigrantes em situação irregular e outros grupos vulneráveis que habitam as grandes cidades. Essas pessoas enfrentam uma série de desafios diários para garantir sua sobrevivência em meio a condições precárias e frequentemente hostis.

A violência que afeta esses grupos invisíveis é multiforme e abrange uma variedade de configurações, incluindo violência física, verbal, sexual e estrutural. A falta de moradia adequada expõe os moradores de rua a riscos constantes de violência nas ruas, incluindo agressões físicas, roubos e abusos. Além disso, a dependência de drogas muitas vezes os coloca em situações de vulnerabilidade, sujeitos a violência relacionada ao comércio de drogas e exploração por traficantes (Cunha Filgueiras, 2020).

A escala da violência contra os invisíveis nos centros urbanos é amplificada pela falta de acesso a serviços básicos e apoio social. A ausência de abrigo, assistência médica e programas de reabilitação deixa essas populações ainda mais expostas à violência e à exploração. Além disso, a criminalização da pobreza e da dependência química muitas vezes resulta em tratamento desigual pela polícia e pelo sistema judicial, perpetuando assim a marginalização e a exclusão desses grupos.

REVISTA TÓPICOS

A invisibilidade dessas populações também contribui para a subnotificação e sub-representação da violência que enfrentam. Muitos casos de violência contra os invisíveis nos centros urbanos passam despercebidos ou são ignorados pela sociedade e pelos meios de comunicação, tornando difícil quantificar a verdadeira extensão do problema. Isso cria um ciclo de marginalização e silenciamento que perpetua a violência e a vulnerabilidade desses grupos.

QUANDO OS INVISÍVEIS SE TORNAM A PRÓPRIA VIOLÊNCIA URBANA

Quando os invisíveis se tornam a própria violência urbana, estamos diante de um fenômeno complexo e preocupante que reflete não apenas a marginalização desses grupos, mas também a falta de oportunidades e apoio social adequado. Essa dinâmica pode ocorrer quando as populações invisíveis, como moradores de rua e usuários de drogas, enfrentam condições extremas de privação e exclusão, levando a comportamentos violentos como forma de sobrevivência ou autodefesa.

Uma das razões pelas quais os invisíveis podem se tornar a própria violência urbana é a falta de acesso a recursos básicos e serviços sociais. A ausência de abrigo, assistência médica, alimentação adequada e oportunidades de emprego deixa essas populações em situação de extrema vulnerabilidade, aumentando a probabilidade de envolvimento em atividades criminosas para garantir sua subsistência. A luta pela sobrevivência muitas vezes os leva a cometer atos de violência contra outros membros da comunidade ou contra si mesmos (Souza, 2011).

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Além disso, a exposição prolongada à violência e à exploração nas ruas pode levar esses indivíduos a internalizarem padrões de comportamento violento como uma forma de autopreservação. A falta de proteção e apoio social adequado pode levar à adoção de comportamentos agressivos como resposta aos constantes desafios e ameaças enfrentadas no ambiente urbano. Isso cria um ciclo de violência em que os invisíveis são simultaneamente vítimas e perpetradores de atos violentos.

A falta de intervenção eficaz por parte do Estado e da sociedade civil para abordar as causas subjacentes da violência urbana entre os invisíveis também contribui para a perpetuação desse ciclo. Políticas de segurança pública que se concentram na repressão ao invés da prevenção, e na criminalização em vez da reabilitação, muitas vezes resultam em uma resposta punitiva e pouco eficaz aos problemas enfrentados por essas populações marginalizadas. A falta de investimento em programas de assistência social, saúde mental e reabilitação deixa esses indivíduos sem acesso aos recursos necessários para sair do ciclo da violência (Santos, 2020).

A naturalização dos invisíveis nas metrópoles, assim como a própria naturalização da violência urbana, são fenômenos intrinsecamente ligados que refletem uma série de desafios sociais, econômicos e estruturais enfrentados pelas grandes cidades contemporâneas.

A naturalização desses grupos invisíveis ocorre quando suas condições precárias de vida se tornam parte integrante da paisagem urbana, passando despercebidas ou sendo ignoradas pela maioria da população. À medida que

REVISTA TÓPICOS

essas populações se tornam cada vez mais visíveis, mas ao mesmo tempo invisíveis, nas ruas das metrópoles, elas são frequentemente estigmatizadas e marginalizadas, tratadas como uma parte inevitável e indesejável do ambiente urbano.

Essa naturalização dos invisíveis nas metrópoles está intrinsecamente ligada à naturalização da violência urbana. A falta de moradia adequada, acesso limitado a serviços básicos e oportunidades de emprego, juntamente com a exposição prolongada à violência e à exploração nas ruas, cria um ambiente propício para o surgimento de comportamentos violentos entre essas populações marginalizadas. A violência se torna uma parte cotidiana de suas vidas, uma resposta às condições extremas de privação e exclusão que enfrentam.

Além disso, a naturalização dos invisíveis contribui para a perpetuação da violência urbana ao reforçar estereótipos negativos e preconceitos sobre essas populações. A falta de empatia e solidariedade por parte da sociedade e do Estado pode levar à adoção de políticas e práticas que criminalizam e discriminam esses grupos, em vez de abordar as causas subjacentes de sua marginalização. Isso cria um ciclo de violência e exclusão que é difícil de ser quebrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A naturalização da violência ocorre quando a sociedade começa a aceitar a violência como parte normal da vida cotidiana. As mídias desempenham um papel significativo nesse processo ao retratar a violência de uma forma

REVISTA TÓPICOS

que a torne familiar e esperada (Santos, 2020). Através da repetição constante e da exposição a imagens e narrativas violentas, as pessoas podem começar a ver a violência como uma parte inevitável e até mesmo necessária da vida.

Os fenômenos da violência, quando abordados pelos meios de comunicação de massa, permeiam diariamente os sentidos com espetáculos que aparentemente indicam a barbárie, colocando-nos à beira de uma potencial guerra civil. São imagens, discursos e narrativas que resultam em um deslocamento nos conteúdos do imaginário social, no qual o "mito do homem cordial" de Sérgio Buarque de Holanda é substituído pela "lei do mais forte" Darwiniana, formando um quadro mental de inquietude e caos, percebidos como representativos da contemporaneidade brasileira.

Neste contexto, é tão imperativo quanto difícil a tarefa de definir o que constitui violência. Essa dificuldade decorre de várias razões, incluindo a presença, no fenômeno, de componentes tanto objetivos quanto subjetivos. Sob esta perspectiva, uma abordagem da violência que se limite aos chamados "dados objetivos", sem incorporar além dos fatos e das estatísticas, a subjetividade das representações sociais, que orientam a conduta, será parcial. Além disso, o que cada sociedade rotula como violência varia no tempo e no espaço, de acordo com diferentes representações. Na dimensão teórica, destacar o aspecto relativo do fenômeno não implica adotar um relativismo puro, no qual tudo se equipara, levando ao irracionalismo que inviabiliza a atividade científica. Do ponto de vista empírico, as especificidades culturais indicam ao olhar

REVISTA TÓPICOS

sociológico a relatividade dos valores, implicando, necessariamente, em diferentes representações da violência (Porto, 2009).

A forma como a mídia representa a violência tem um impacto significativo na forma como o público a compreende e interpreta. Os meios de comunicação frequentemente enquadram a violência para contextualizar ou diminuir seus efeitos, fortalecendo estereótipos e preconceitos. Isso ajuda a naturalizar e normalizar a violência no entendimento das pessoas. A exposição repetida à violência na mídia pode levar à dessensibilização, onde as pessoas se tornam menos sensíveis à violência e suas consequências. Isso pode levar a uma maior aceitação da violência como algo comum e menos impactante. Através da representação contínua da violência, a mídia pode diminuir as reações emocionais do público, normalizando assim a violência.

Os meios de comunicação frequentemente apresentam grupos culturais, étnicos ou sociais que são mais propensos à violência, fortalecendo estereótipos específicos. Ao fazer com que o público associe certos grupos a comportamentos violentos, essas representações naturalizam a violência. A teoria das representações sociais oferece uma leitura valiosa para compreender como as mídias tentam naturalizar a violência. De acordo com a Moscovici (2003), as representações sociais são o conjunto de conceitos, ideias e práticas que as pessoas constroem em suas interações sociais, influenciadas pela cultura, pela mídia e pelo contexto em que vivem. Deste modo, as mídias desempenham um papel crítico na construção da realidade social. Através da repetição e da forma como os

REVISTA TÓPICOS

eventos são retratados, as mídias podem moldar a percepção pública da violência, muitas vezes retratando-a como algo comum e inevitável. Isso cria uma representação social da violência que pode ser internalizada pelas pessoas, tornando-a parte do senso comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, P. H. F.; GUIMARÃES, S. P. Representações de violência na escola: elementos de gestão simbólica da violência contra adolescentes. In: III JORNADA INTERNACIONAL E I CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2003.

CAMPOS, P. H. F.; TORRES, A. R. R.; GUIMARÃES, S. P. Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. Educação e Cultura Contemporânea, v. 1, n. 2, p. 109-132, 2004. Disponível em <<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php>>. Acesso 19/04/2024

CUNHA FILGUEIRAS, Cristina Almeida. Moradores de rua: um problema público invisível e hipervisível nas cidades brasileiras. Revista Colombiana de Sociología, v. 43, n. 2, p. 109-127, 2020. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-159X2020000200109&script=sci_arttext//>. Acesso 19/04/2024

DA CRUZ, Tércia Maria Ferreira. A influência da mídia na percepção da violência. Revista Ordem Pública, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em

REVISTA TÓPICOS

<<https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/download/3/3>>. Acesso 19/04/2024

DOS SANTOS, Adalcio Machado; SILVA, Adriana. Violência urbana e suas representações sociais. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 7, p. 47370-47384, 2020. Disponível em:<

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/1>

Acesso 19/04/2024

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023. Disponível em

<<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso 19/04/2024

FRANÇA, Maria Adelina. Representações Sociais de Violência. Revista Gestão & Políticas Públicas, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2018. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/download/147970/147214>>.

Acesso 19/04/2024

GUIMARÃES, Silvia Pereira; CAMPOS, Pedro Humberto Faria.

Sociabilidade Violenta: contemporaneidade e os novos processos sociais.

Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, v. 35, n. 5, p. 901-913, 2008. Disponível em

<<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/download/1100/771>>

Acesso 19/04/2024

REVISTA TÓPICOS

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2023. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso 19/04/2024

KOPNÍN, Pavel Vasílievich. A dialética como lógica e teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 354 p

MINAYO, Maria Cecília de S. (1994). A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10(1), 7-18. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?lang=pt>>. Acesso 19/04/2024

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/pdf/742/74221620002.pdf>>. Acesso 19/04/2024

MJSP. Balanço 2023. Segurança Pública. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/01/brasil-tem-menor-numero-de-assassinatos-dos-ultimos-14-anos/240130_mjsp_balanco2023.pdf>. Acesso 19/04/2024

MONDIN, Battista. O homem, quem é ele? São Paulo: Paulinas, 1986. 336 p.

MOSCOVICI, S. A Psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes, 2012. MST. "Caderno de Educação" Princípios da educação no MST.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

n° 8: . 3ª ed Brasília: 1999.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Trad. de Álvaro Cabral. Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social (PA Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NAIFF, Luciene Alves Miguez; NAIFF, Denis Giovani Monteiro. A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 107-119, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200011&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso 19/04/2024

ONU. ONU News, Perspectiva Global Reportagens Humanas. 52 vidas foram perdidas por hora em homicídios em 2021. 2023. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824572>>. Acesso 19/04/2024

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Sociologias, p. 152-171, 2002.

Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/soc/a/bf7h6ZbrWzN4kvXnrZKbFRL/?lang=pt/>>.

Acesso 19/04/2024

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. Tempo social, v. 21, p. 211-233, 2009. Disponível em

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

<<https://www.scielo.br/j/ts/a/SZBLdn3t3YNTphwRg7QCdPF/>>. Acesso 19/04/2024

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. *Sociedade e Estado*, v. 30, p. 19-37, 2015. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/se/a/KJ8GVRNbgDKSCcSX5sBztXh/#>>. Acesso 19/04/2024

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do ensino fundamental. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 13, p. 181-189, 2003. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/paideia/a/wrNywYwhztnVJfqFvD4JXgK/#>>. Acesso 19/04/2024

ROLIM, Marcos. *A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Zahar, 2006.

SANTOS, AM dos, & Silva, A. (2020). Violência urbana e suas representações sociais / Violência urbana e suas representações sociais. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, 6 (7), 47370–47384. Disponível em <<https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-392>>. Acesso 19/04/2024

SCHMID, Patricia Cavalcanti; SERPA JUNIOR, Octavio Domont. Violência urbana e saúde mental: por narrativas em primeira pessoa. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 29, p. e290313, 2019. Disponível em

REVISTA TÓPICOS

<<https://www.scielo.org/article/physis/2019.v29n3/e290313/pt//>>. Acesso 19/04/2024

SOUZA, Flávia Mitkiewicz de et al. A Violência urbana e suas consequências em um centro de atenção psicossocial na zona norte do município do Rio de Janeiro. Saúde e Sociedade, v. 20, p. 363-376, 2011.

Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mQvBggWBJFjYZY5QkbpXT4H/>>.

Acesso 19/04/2024

WEBER, Max. Economia e Sociedade. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1991.

¹ Coordenador e docente do Curso de Especialização (Lato Sensu), MBA e Pós-Graduação em Inteligência Artificial e Gestão do Conhecimento (FESAV-ES). Docente de Tecnologias Digitais e Eletrônica (UNESA-RJ). Mestrado em Educação (UNESA-RJ). MBA em Data Warehouse e Business Intelligence (FI - PR). Pós-Graduado em Antropologia, Filosofia e Educação do Campo (FAVENI-MG). Historiador pela Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). e-mail: atilafmusp@gmail.com

² Doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Arquiteta e Urbanista. Especialista em Patrimônio Cultural Urbano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Planejamento Urbano e Regional (Propur-UFGRS). e-mail: eclea.morais@estacio.br

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672